

Investigação concentrada

A investigação policial do caso Ilal ficará sob responsabilidade da Delegacia de Defraudação e Falsificação (DEF). Ao concentrar a apuração, a especializada receberá inclusive os dados levantados pela Delegacia do Consumidor (Decon). A titular da DEF, delegada Ivone Rossetto, ouviu quinta-feira o representante legal da escola. Ele alegou que só captava alunos e não oferecia supletivos. Também negou que algumas provas fossem aplicadas pela internet. “Vamos agora ouvir vítimas para aprofundar a investigação”, contou Ivone.

Dados levantados pela Secretaria de Educação do DF apontam que o Ilal cobrava de R\$ 1,5 mil a R\$ 3 mil por certificado de conclusão de ensino médio. A Coordenação de Supervisão Institucional e Normas de Ensino (Cosine) descobriu a fraude depois de receber denúncias de pais, estudantes e universidades. “A notificação contra o Ilal representa um alívio e mostra que o poder público está atuando no problema. Educação é



Anúncio na fachada mostra que a escola é reconhecida pelo MEC, informação que foi retirada ontem

coisa séria. Desta forma, valoriza as pessoas e as instituições que agem corretamente”, avaliou a coordenadora da Cosine, Leila Pavanelli.

Um dos advogados do Ilal, Reginaldo Silva, voltou a negar irregularidades. Segundo ele, o contrato que a empresa oferece é de prestação de serviços. “O aluno apenas se prepara aqui para o supletivo. Existe uma confusão nes-

sa modalidade”, alegou. Silva também argumentou que o Ilal não precisa de autorização da Secretaria de Educação do DF para emitir certificados a partir de parceria com órgãos com sede no Rio de Janeiro. Alguns diplomas, por exemplo, levam o nome Empresa de Pesquisa, Ensino e Cultura (EPEC). Mas a entidade acabou descredenciada pelo governo carioca. (GG)

Denuncie

A Promotoria de Defesa do Consumidor fica no Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2 — Edifício sede do MPDF sala 130. A DEF, no Departamento de Polícia Especializada (Parque da Cidade).